

Com o encerramento do Plenário da Assembleia da República a 19 de Julho,
É tempo de prestar contas aos trabalhadores e ao povo.

PCP Presta Contas aos trabalhadores da PT/MEO

Os trabalhadores da MEO/ALTICE sabem que podem contar com o PCP!

Nos últimos anos a operação de chantagem e ataque aos direitos dos trabalhadores da MEO/Altice foi enorme. Desde que tomou conta da empresa, a Altice não aceita nem respeita o Acordo de Empresa e os direitos que estes trabalhadores conquistaram. Fez e continua a fazer de tudo para se livrar do maior número de trabalhadores possível, libertando-se ao mesmo tempo das responsabilidades que tem. O modelo laboral que querem impor à PT é o da precariedade, dos prestadores de serviço, da subcontratação. Um modelo que destrói a vida do trabalhador para multiplicar os lucros de meia dúzia de capitalistas. O PCP esteve activamente ao lado dos trabalhadores, exigindo que o Governo do PS abandonasse a cumplicidade com estas práticas.

Transmissão de estabelecimento, derrotada com a luta dos trabalhadores da PT e a intervenção determinante do PCP

Foi na sequência da luta dos trabalhadores da PT, de um conjunto de Audições às ORT da PT realizadas pelo Grupo Parlamentar do PCP e de um Projecto de Lei do PCP que se alterou o Código do Trabalho, clarificando o regime jurídico aplicável à transmissão de estabelecimento e reforçando os direitos dos trabalhadores. Com a aprovação deste projecto de lei, ficou clarificado o direito de oposição à transmissão de estabelecimento, a obrigação por parte das empresas em informar as organizações representativas dos trabalhadores, entre outras questões. Participámos, demonstrando a nossa solidariedade e apoio nas várias concentrações, vigílias e manifestações onde os trabalhadores da PT/MEO resistiram e exigiram o regresso à empresa dos trabalhadores transferidos.

Lutámos pelo regresso da PT ao controlo público

Mas quisemos ir mais longe, reverter o erro fundamental: a privatização. Apresentámos um projecto de resolução desafiando a Assembleia da República e o Governo: “A Assembleia da República não pode aceitar que se liquide definitivamente a PT como grande e estratégica empresa nacional de telecomunicações. A Assembleia da República, ou de um modo geral o poder político, não pode assistir passivamente às agressões aos trabalhadores que estão em curso por parte de uma multinacional. O Governo pode e deve opor-se a tal desfecho e criar as condições para garantir a PT como empresa de capitais nacionais, sob controlo público, que coloque o sector das telecomunicações ao serviço do povo e do País.” Uma iniciativa chumbada por PS/PSD/CDS.



Mais força à **CDU**

PCP-PEV



Meo Serviços Técnicos e a suposta cedência ocasional

Depois de derrotada a transmissão de estabelecimento e de nova tentativa para retirar milhares de trabalhadores da empresa com o denominado “Programa Pessoa”, a Altice voltou à carga no sentido de cumprir os seus objectivos de maximização dos lucros, despedimentos baratos e encapotados, de destruição da PT/MEO.

O PCP interveio na Assembleia da República e alertou os trabalhadores para os perigos de uma nova e muito significativa “reestruturação da PT/MEO” a ser imposta pela Altice. Uma reestruturação onde, mais uma vez, milhares de trabalhadores enfrentaram (e ainda enfrentam) a possibilidade de serem transferidos para outra empresa, por agora do próprio grupo. Um processo de transferência definitiva realizado sobre a cobertura de uma cedência ocasional e onde os direitos dos trabalhadores não estão devidamente salvaguardados.

Em defesa da PT/MEO e dos seus trabalhadores Iniciativas Legislativas do Grupo Parlamentar do PCP no mandato 2015/2019:

29-11-16	PG 1534/XIII/2	Situação da PT Portugal e dos seus trabalhadores
20-01-17	PG 2192/XIII/2	Degradação das condições de trabalho no Call Center da MEO - Afonso Costa
17-04-17	PG 3935/XIII/2	Precariedade e baixos salários nos centros de contacto da PT-MEO
22-05-17	PG 4287/XIII/2	Situação da PT/MEO e dos seus trabalhadores
23-06-17	PG 4552/XIII/2	PT / Altice aplica esquema fraudulento para se libertar de trabalhadores e encargos e para reduzir o preço da força de trabalho
23-06-17	PG 4561/XIII/2	Nomeação de pessoas ligadas à PT/Altice para a Administração da ANACOM
19-07-17	PJR 1022/XIII/2	Travar a liquidação da PT, defendendo os trabalhadores e o interesse nacional
01-09-17	PJL 600/XIII/2	Clarifica e reforça a defesa dos direitos dos trabalhadores em caso de transmissão de empresa ou estabelecimento
22-01-18	PG 864/XIII/3	Situação na empresa SUDTEL - cenário de suposta insolvência como ameaça aos trabalhadores que lutam pela reintegração na PT/MEO
06-03-18	PG 1369/XIII/3	Degradação das condições de trabalho e redução dos tempos de pausa dos trabalhadores da Randstad subcontratados pela Altice Portugal
08-04-18	RQ 110/XIII/3	Ainda a repressão e o assédio moral aos trabalhadores da PT Altice
02-05-18	PG 2036/XIII/3	Desrespeito pelo direito à greve nos Call Centres da PT/Altice
03-05-18	PJR 1567/XIII/3	Recomenda ao Governo que utilize todos os mecanismos disponíveis para impedir a compra do Grupo Media Capital pela Altice
25-09-18	PG 97/XIII/4	Desrespeito da PT/Altice para com os acordos de pré-reforma estabelecidos com os trabalhadores
02-05-19	PG 1988/XIII/4	Novo processo de reestruturação que a Altice quer impor à PT/MEO - atuação do Governo face à situação e perspectivas futuras dos trabalhadores

Legenda:

PG (Pergunta); PJL (Projecto-Lei); PJR (Projecto de Resolução); RQ (Requerimento)
(Todas estas iniciativas legislativas podem ser lidas na íntegra em parlamento.pt)

“É precisa coragem e determinação para escolher entre os interesses nacionais e o poder de uma multinacional. Determinação e coragem que os trabalhadores da PT assumem com a sua luta que aqui saudamos. Determinação e coragem para empreender um processo de recuperação do controlo público da PT. Determinação e coragem que o PCP assume na defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do país.”, Jerónimo de Sousa, Julho de 2017

Com mais força à CDU é possível avançar na defesa de uma PT/MEO ao serviço do povo e do país, criando emprego estável e com direitos, elemento central de uma política de desenvolvimento nacional.

Avançar é preciso!

PCP - PEV

